

Superior Tribunal de Justiça

EDcl na DESIS no RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.225 - RS (2014/0082516-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : VIVIANE JACQUES SAPIRO
ADVOGADOS : LIANDRA FRACALLOSSI - RS071325
CÍNTIA GONÇALVES RAFAELI E OUTRO(S) - RS087443
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por VIVIANE JACQUES SAPIRO contra decisão de minha relatoria, em que homologuei o pedido de desistência do recurso especial, requerido pela autarquia (e-STJ fl. 419).

Sustenta a embargante que "houve a desistência do recurso especial por parte da Autarquia Previdenciária sem que tenha havido sua condenação em honorários de sucumbência", conforme dicção do art. 90 do Código de Processo Civil (e-STJ fl. 423).

Segundo defende, o art. 22 do Estatuto da OAB e o art. 85 do Código de Processo Civil/2015 garantem ao advogado o direito ao recebimento de honorários advocatícios fixados pelo Juízo, "sendo que tal previsão independe de renúncia ou desistência pela parte contrária após já prestado o trabalho jurídico" (e-STJ fl. 424).

Intimada, a parte não formulou impugnação (e-STJ fl. 431).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão. *In casu*, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

É certo que não se olvida que a verba honorária de sucumbência constitui direito autônomo do advogado e têm natureza remuneratória, "podendo ser executados em nome próprio ou nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o causídico, o que não altera a titularidade do crédito referente à verba advocatícia, da qual a parte vencedora na demanda não pode livremente dispor" (REsp 1.102.473/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Corte Especial, julgado em 16/05/2012, DJe 27/08/2012).

Nada obstante, na espécie, não há falar em omissão do *decisum*, porquanto o caso dos autos não atrai nova imposição de honorários de sucumbência nem a majoração de que dispõe o art. 85, § 11 do CPC/2015. Explico.

A uma, porque já foi aplicada a sucumbência na instância ordinária, haja vista a procedência do pedido inicial (e-STJ fls. 182/190 e 239/246). E, nos termos do Verbete Sumular 111 do STJ, "os honorários advocatícios, nas ações

Superior Tribunal de Justiça

previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença".

A duas, porque o art. 998 do CPC/2015 dispõe que o ato de desistência do recurso pode se dar a qualquer tempo e sem a anuência da parte *ex adversa*. Nesse contexto, não há falar em majoração de honorários recursais, haja vista o não julgamento do apelo nobre (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

